



CARTA
ARQUEOLÓGICA
DO CONCELHO
DE MÉRTOLA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Carta Arqueológica do Concelho de Mértola

EDIÇÃO

Campo Arqueológico de Mértola



COORDENAÇÃO

Maria de Fátima Palma – CAM/FCT

AUTORES DOS TEXTOS

Cláudio Torres – Campo Arqueológico de Mértola – CAM
Miguel Rego – Câmara Municipal Castro Verde
Miguel Reimão – Universidade do Algarve
Maria de Fátima Palma – Campo Arqueológico de Mértola – CAM
Santiago Macias – Investigador do Programa Ciência 2008 da FCT / Universidade de Coimbra – CEACUP/CAM
Virgílio Lopes – Bolseiro de Doutoramento da FCT / CAM

COLABORAÇÃO

Susana Gómez Martínez – Investigadora do Programa Ciência 2008 da FCT / Universidade de Coimbra – CEACUP/CAM

FOTOGRAFIAS

Arquivo CAM, Ana Rita Santos, Maria de Fátima Palma, Miguel Reimão, Virgílio Lopes, Jorge Branco (C.M.M.), Instituto dos Museus e Conservação/Divisão de Documentação Fotográfica, José Pessoa e Luísa Oliveira/Museu Nacional de Arqueologia

FOTOGRAFIA DA CAPA

Jorge Branco (Câmara Municipal de Mértola)

DESENHOS

Nélia Romba, Adriano Fernandes, Publicação *La Sabina*

RESPONSÁVEIS – PROSPECÇÃO 2005/2006

Ana Rita Santos, Maria de Fátima Palma, Susana Gómez Martínez, Virgílio Lopes

EQUIPA – PROSPECÇÃO 2005/2006

Ana Rita Santos, Cláudio Jorge, Clara Rodrigues, Filipe Neves, Guilhermina Bento, José Filipe, Luís Borges, Maria de Fátima Palma, Nélia Silva, Rute Fortuna, Santiago Macias, Sérgio Rosa, Susana Gómez, Virgílio Lopes

CONCEÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA

Departamento Gráfico / Edições Afrontamento

TIRAGEM

1000 exemplares

ISBN

978-972-9375-39-2

DEPÓSITO LEGAL

353341/12

APOIO FINANCEIRO



CONSELHO INTER-MUNICIPAL DO ALENTEJO
2007-2013



União Europeia
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



INALLENTEJO
2007-2013



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

INVESTIGAÇÃO FINANCIADA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

www.fct.pt

O ALFOZ DE MÉRTOLA NO PERÍODO ISLÂMICO

SANTIAGO MACIAS*

Com a islamização, o padrão de ocupação de áreas habitadas altera-se. Constatam-se, em relação a períodos anteriores, um maior número de núcleos habitados de menores dimensões¹, o que pode indicar, por parte dos grupos familiares que habitavam cada um deles uma capacidade de auto-abastecimento e uma dinâmica económica que, exceptuando as *villæ* mais ricas, não teve paralelo em épocas anteriores.

É importante sublinhar que não temos, neste território nenhuma das clássicas grandes *villæ* do sul, pelo que o modelo de transição observado em sítios como o Monte da Cegonha, o Montinho das Laranjeiras ou o Cerro da Vila não é, aqui, aplicável. O sítio onde é feita a nova implantação do espaço habitado não é coincidente com as áreas ocupadas em época romana, embora nos seja difícil saber se essa diferença foi causada pelo simples facto de a memória dos sítios se ter perdido ou por qualquer outra razão.

Se para outras zonas da *kūra* se afirma ter havido em época islâmica uma procura dos pontos mais elevados, numa reaproximação da topografia antiga (pré-romana e romana)² o *alfoz* de Mértola parece, pelo menos em parte, escapar a uma lógica tão rígida. Se não se pode falar de uma continuidade em sentido estrito, a verdade é que os sítios assinalados não se afastam muito, em termos geográficos, da topografia mais antiga.

Há um conjunto de exceções a esta norma. De entre uma centena de sítios temos coincidência de ocupações nos períodos romano e islâmico em cerca de dezena e meia³, destacando-se, pela invulgaridade, a reutilização do Castelo de Manuel Galo, abandonado nos inícios do século II d.C. e que conhece, numa fase tardia, nova vida⁴. Para além das atividades agrícolas e pecuárias, surge ainda a mineração a justificar ocupações mais prolongadas dos sítios. É o que se infere do achado numis-

* Investigador do Programa Ciência 2008 da FCT. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto / Campo Arqueológico de Mértola.

1. Constatação feita a partir das recolhas de superfície realizadas no território – Rego, 1994. Poderá datar desse período a generalização do termo “corte”, frequente na toponímia da região e que aparece nos textos árabes desde o século IX como “kurt” para designar um casal ou pequena exploração – Catarino, 1997-1998: 672 apoiada nos comentários de Jassim Abid Mizal a al-Idrisi, 1989: 150.

2. Boissellier, 1999: 56.

3. NR 150, 177, 239, 251, 256, 259, 260, 273, 278, 303, 304, 305, 307, 324, 330, 337 e 361 do presente levantamento.

4. Maia, 1974: 328-329 e 331. NR 105.

mático feito na mina de S. Domingos, sugerindo a prática da mineração até ao período islâmico⁵. Três locais apresentam ainda uma presença continuada, que abrange a Antiguidade Tardia, prolongando-se até aos séculos X-XII⁶. Os materiais arquitetónicos de qualidade, em dois desses sítios (Senhora das Neves e S. Bartolomeu), sugerem a presença de elites locais e a existência de espaços de culto. Juntem-se a estes os *fenómenos de permanência* assinalados por James Boone, atribuídos a um "período de transição" que corresponde, em termos de datação, aos séculos VI a IX, e no qual pequenos núcleos populacionais substituem, em princípio, as explorações de maiores dimensões⁷.

Vários destes povoados apresentam tanto *sigillatas* tardias como telhas com traços em "zig-zag" incisos, estando estas últimas presentes nestes sítios entre a Antiguidade Tardia e a Reconquista⁸. A diferença é estabelecida por outro tipo de telhas, com digitações e que são apenas características do "período de transição". São disso exemplo pequenos aglomerados como Queimada, Raposeira ou Costa, cujas datações de radiocarbono apontam para uma ocupação entre os séculos VI e IX⁹.

No interior do termo de Mértola dezenas de povoados mantinham-se simultaneamente na sua dependência económica e política, ao mesmo tempo que cada um deles definia também um espaço próprio de subsistência mínima. Cada uma dessas pequenas localidades contava com o seu espaço próprio de subsistência, dispunha de pequenas hortas, de algumas oliveiras e certamente de áreas de pastagem. Numa zona de escassas aptidões agrícolas foi certamente a pastorícia a actividade economicamente mais importante e aquela que terá garantido a criação de pequenas reservas monetárias obtidas no comércio citadino¹⁰. As moedas encontradas em Alcaria Longa, na Corte Gafo ou em Vale de Açor não são, certamente, fruto das trocas em espécie eventualmente praticadas com as populações vizinhas.

Os problemas levantados por estes povoados, nomeadamente no que se refere à sua organização ou às suas épocas de ocupação, permanecem parcialmente em aberto. Parecem seguras tanto a existência de uma grande dispersão no povoamento como o seu elevado número. É, no entanto, discutível a hipótese avançada por James Boone, que estima em mais de 150 o número de povoados islâmicos ocupados no mesmo período, em prospecção realizada num território com 64 km² de superfície¹¹, embora não nos seja proporcionada a informação que levou o autor do levantamento a estabelecer esta classificação. A proximidade entre estes obriga ainda a equacionar a sua ocupação de forma não simultânea bem como a questionar o critério seguido durante o levantamento e que levou à classificação de "sítio islâmico" todo e qualquer local onde se localizasse um simples fragmento cerâmico. Por outro lado, a extrapolação dessa proposta ao conjunto do termo de Mértola dar-nos-ia um total de alcarias na ordem dos três milhares, número que parece francamente inverosímil.

Esta observação, já por nós formulada anteriormente¹², foi mais tarde aceite de forma explícita por Boone, que admite a não contemporaneidade de ocupação dos sítios ou, até, fases de abandono e de posterior ocupação para alguns deles. Esse autor viria depois a esquiçar um modelo assente na seguinte dicotomia: a) os sítios mais pequenos são do "período de transição"; b) os sítios maiores (como Alcaria Longa) correspondem a uma época mais tardia¹³, hipótese que só o alargamento da investigação poderá, ou não, confirmar.

5. Macias, 2005a: 315. NR 1.

6. NR 94, 101 e 324. No caso do Cerro do Castelo sublinhe-se a ocupação continuada entre os séculos VI e X, com um aparente abandono após o período califal.

7. Boone, 2001: 108.

8. Boone, 2001: 111-112.

9. Boone, 2001: 113-114, com reservas em relação às datações de radiocarbono referentes aos séculos VIII-IX. Um destes sítios apresenta duas datações muito diferentes entre si, o que pode significar que o local foi ocupado em diferentes ocasiões.

10. Ver a listagem de sítios em Macias, 2005a: 300-315 e Macias, 2005b: 235 (IV.2).

11. Boone, 1994: 531-532.

12. Macias, 1996: 41.

13. Boone, 2001: 114-115.

Completam o material informativo para o período islâmico o conhecimento adquirido sobre a cidade de Mértola e a referência a dois achados numismáticos, o dos tesouros monetários de Vale de Açor¹⁴ e da Corte Gafo¹⁵, desaparecido quase na totalidade pouco depois de terem sido referenciados¹⁶. Podemos dizer que, com excepção dos levantamentos feitos no terreno, são informações a menos para um território tão vasto.

Uma hierarquização entre estes povoados, frequentemente calculada a partir da área por eles ocupada, não é fácil nem segura e obriga-nos a recorrer a fontes escritas mais recentes. Partimos do princípio que houve, em muitos casos, uma relativa permanência na estrutura de ocupação do território, ou seja, que o povoamento pós-Reconquista ocupou os locais anteriormente habitados.

A existência de contactos regulares e estreitos entre Mértola e as dezenas de povoados do seu território parece-nos inegável. A presença de cerâmicas produzidas em olarias dos vales do Guadalquivir e encontradas no povoado rural de Alcaria Longa só é explicável pela existência de um entreposto comercial ao qual estas populações recorriam¹⁷. A estrutura do povoamento parece, nos seus traços gerais, ter-se mantido desde a época islâmica até à actualidade. A extraordinária dispersão que ainda em inícios do século XVI se verificava neste termo parece-nos estar intimamente relacionada com formas de habitar herdadas de épocas anteriores. O Numeramento de 1527 afirma que viviam em "casais apartados" 595 dos 994 moradores (ou 2380 em 3976 habitantes) recenseados no termo de Mértola¹⁸ ou seja, 59,8 % do total, embora se possa admitir que o peso relativo da cidade fosse maior no período islâmico. As aldeias mais importantes nesse mesmo Numeramento – Aldeia dos Crespos, Alcaria Ruiva e Corte do Pinto –, oscilavam entre os 132 e os 156 moradores.

Os *montes* existentes nalgumas zonas do Alentejo meridional – este tipo de montes nada tem a ver com a estrutura do mesmo nome das zonas mais ricas, como Moura, Serpa ou Beja, por exemplo, onde a palavra designa a exploração agrícola de um proprietário, constituída numa unidade que congrega 20 ou 30 famílias¹⁹ –, repetem, ainda hoje, esquemas que se identificam na documentação escrita dos finais da Idade Média e que os trabalhos arqueológicos confirmam.

Os números apontados por Mariano Feio não são muito diferentes daqueles que se estimam habitualmente para os pequenos povoados rurais de época islâmica no Levante Peninsular e que são provavelmente idênticas em todo o Mediterrâneo Ocidental. Uma alcaria teria entre quatro e dez fogos ou, no caso das de grandes dimensões, de 25 a 30²⁰. Isso equivale, em termos de população, entre 20 e 50 pessoas, no primeiro caso, e de 100 a 120 no segundo.

Continuidades e rupturas nos modelos de povoamento

O que se constata é uma relativa permanência de povoamento no território de Mértola entre a época romana e o período que se segue à reconquista (leia-se, em grande medida até à actualidade). Não é uma continuidade no sentido da permanência nos mesmos *habitats*. Ao invés, as populações mantêm-se fixas numa determinada área mas os locais onde vivem vão-se alterando. Na Alta Idade Média e no período islâmico os habitantes deslocam-se voluntariamente em direcção a novos núcleos de povoamento. Ao contrário, a partir da Baixa Idade Média, a mudança parece ter sido imposta pelos senhores cristãos, que fundam novos e importantes núcleos populacionais, construídos nas imediações

14. Viana, 1955: 24-29.

15. Poiães, 2000.

16. Viana, 1955: 24-29.

17. V., a propósito das produções cerâmicas, Boone, 1991a, Boone, 1991b e Myers, 1991.

18. V. o texto publicado por Collaço, 1931: 57.

19. Feio, 1983: 62.

20. Bazzana, 1983: 164.

das antigas localidades islâmicas. É importante notar que o topónimo *alcaria* (Ruiva, Longa, dos Javazes) surge por norma associado ao novo povoado²¹ – embora, por vezes (como no caso de Javazes) a memória do nome do antigo sítio não se tivesse perdido – embora, em cerca de uma dezena de sítios, as palavras “alcaria” e “alcarias” surjam associadas a assentamentos islâmicos. No caso de Alcaria dos Javazes deve sublinhar-se que o sítio a associar aos factos que envolveram o nome de Ibn Qasi é o do Zambujal (a “al-Jauza” das fontes escritas), onde há vestígios de uma ocupação deste período²². Se exceptuarmos estes elementos e o nome de Danes²³ (atribuído à serra de Alcaria Ruiva e que é a permanência de um antigo topónimo²⁴) a toponímia baixo-medieval e moderna ocultou por completo as antigas denominações.

O povoamento arcaico foi, há algum tempo, objecto de um sedutor texto de Cláudio Torres no qual se apresentam diversas hipóteses de tipologia abrangendo um conjunto de povoados da área sul-alentejana²⁵. A abordagem, convincente para Mértola, Moura, Castro da Cola ou Serpa é-o menos para outros aglomerados populacionais. A relação *povoado/albacar* peca, com frequência, por alguma fragilidade (porque alicerçada apenas numa lógica topográfica e sem quaisquer fundamentos escritos ou arqueológicos que a sustentem), embora não se possa pôr em causa a base pecuária da economia do território. A lógica do povoamento aponta nesse sentido, o que parece ser sublinhado pelo menor número de povoados nos sítios mais ricos do ponto de vista agrícola (e que só foram usados pela agricultura extensiva que se implantou na região a partir do século XIX). A presença constante de um maior número de povoados em áreas teoricamente mais pobres leva-nos, inevitavelmente, a considerar como mais lógicas as ocupações em torno da pecuária e de mineração.

No caso dos povoados islâmicos da região de Mértola está por esclarecer se há uma sobreposição de ocupação das pequenas aldeias recentes (pós-Reconquista) em relação às antigas ou se é generalizado um pequeno deslocamento, como no caso de Alcaria Longa ou no de São Bartolomeu. Embora não se verifique, de facto, uma sobreposição em termos geográficos – ideia proposta por Teresa Gamito para a serra algarvia²⁶ e combatida com veemência por Carlos Fabião e Amílcar Guerra²⁷ – a proposta da continuidade do povoamento encontra um aliado no numeramento do século XVI que demonstra que 60% da população vivia em “casais apartados”.

A maior parte dos sítios do levantamento aos quais foi atribuída cronologia têm uma datação que oscila entre os séculos X e XII. Em três deles recolheram-se materiais um pouco mais antigos (séc. IX)²⁸. Apenas num caso temos a ocupação de um local até época tardia (séc. XIII)²⁹, sendo que há apenas outro em que a vida do sítio passa do período islâmico até à época moderna³⁰.

Difícilmente se verá, quer na estrutura do povoamento, quer naquilo que a arqueologia nos demonstra do espaço rural de Mértola o resultado de uma colonização berbere, ponto de partida das investigações de James Boone. Os resultados das escavações de Alcaria Longa encarregaram-se de demonstrar o carácter autóctone dos habitantes do sítio.

Na procura de ligações entre o Norte de África e o *alfoz* de Mértola em época islâmica, os dados mais sistemáticos são os que decorrem dos levantamentos de James Boone e que levantam alguns problemas importantes. Para além da similitude entre os espaços habitacionais de Alcaria Longa e os

21. Para evitar confusão entre topónimo e sítio arqueológico de época islâmica utilizamos a palavra “alcaria” apenas no primeiro caso.

22. Macias, 2005a: 306. NR 268 e 415.

23. Boiça, 1995: 40. Difícilmente se pode aceitar a antroponimização do topónimo pela presença dos Banu Danis.

24. Topónimo possivelmente pré-romano, que se encontra representado em todo o sul: veja-se o exemplo de Budens, no Algarve.

25. Torres, 1992.

26. “The settlement pattern shows that almost each modern hamlet has a corresponding Islamic one” – Gamito, 1990: 271-272.

27. Guerra, 1993: 101-102.

28. Horta das Alcarias (NR 16); Casa Velha II (NR 177); Alcarias (NR 182).

29. Cerro das Oliveiras (NR 125).

30. Cerro dos Mouros (NR 173).

do Maghrib – o que poderia levar, numa interpretação mais apressada, a tomar esse facto como um fenómeno de “importação” –, Boone nota duas falhas importantes numa eventual berberização deste território. Em primeiro lugar, a ausência de artefactos usuais na cultura berbere, como os *Tabaq* utilizados para a cozedura do pão e dos quais não se encontrou qualquer exemplar em Alcaria Longa³¹ e que, ao que sabemos, estão ausentes do registo arqueológico nos locais até à data escavados no Gharb. Por outro lado, nota-se igualmente a falta de cerâmicas feitas à mão pelos habitantes do sítio, sublinhando-se que em 5000 fragmentos apenas 3 (0,06%) pertencem aquela categoria, recordando-se ainda que no resto da Península a cerâmica de fabrico manual radica claramente numa evolução da tradição tardo-romana³². Este dado ganha maior ênfase quando se sublinha que a cerâmica moldada à mão do período paleo-andaluz surge como um fenómeno de continuidade em relação a épocas anteriores, até pela sua ausência dos sítios onde normalmente se aponta a presença de população de origem berbere³³. A lógica de evolução na continuidade de formas como os *Tabaq* (e outras) foi posta em evidência de modo consistente por Sonia Gutiérrez, que sublinha também o aparecimento de peças de tradição semita (como os *tannur* e os alcatruzes) no Sharq a partir de meados do século VIII³⁴. Infelizmente, os primeiros estão ausentes em Mértola e em Alcaria Longa, ao passo que os segundos não se adequam ao meio físico da região.

A ausência de uma eventual berberização antiga do território é, por outro lado, sublinhada, pela inexistência de qualquer tipo de ligação entre o que foi longamente considerado como “cerâmica de tradição berbere” e as produções que têm comprovadamente essa origem e que foram publicadas no estudo sobre Nakur³⁵.

Importa, enfim, sublinhar as seguintes características genéricas do povoamento rural do alfoz de Mértola. Em primeiro lugar, a manutenção da estrutura de povoamento parece constituir uma das principais características da região de Mértola desde o período islâmico até aos nossos dias. Por um lado, constata-se o carácter simultaneamente disperso e concentrado desse povoamento (ou seja, com um grande número de pequenos povoados constituídos por conjuntos de habitações³⁶, onde uma ou várias famílias garantiriam o sustento e se protegeriam em simultâneo). Verifica-se ainda que nos vários sítios onde foi detectada uma ocupação da Alta Idade Média – por vezes com transição comprovada para a época islâmica – não é possível estabelecer um padrão ou tentar tipologias. A maior parte dos sítios identificadas corresponde a casos únicos em termos de caracterização, de potencial interesse para diferentes tipos de abordagem mas insuficientes para uma visão de conjunto que permita documentar tanto a transição entre a Antiguidade Tardia e o período islâmico como a vida ao longo dos séculos seguintes. Finalmente, é essencial recordar que dificilmente se conseguem fazer afirmações, nestes estratos da sociedade e com a escassez de dados disponíveis, em relação aos efeitos da berberização/arabização sobre as populações.

31. Boone, 1994: 534.

32. Boone, 1994: 535.

33. Boone, 2001: 117.

34. Gutiérrez, 1996: 202-203. O surgimento destes materiais no Gharb é esporádico, sendo desconhecidos no Algarve Oriental – Catarino, 1997-1998b: 742. Apesar da semelhança com o *tabaq* uma peça do mesmo género foi considerada como “peça polivalente de uso culinário” – Ramalho, 2001: 68 e 70 (Fig. 15).

35. Ación Almansa, 1999: 58-59.

36. São inexistentes os casos, neste território, de uma unidade habitacional isolada.

Bibliografia

- AL-IDRISÎ (1989), *Al-Idrisi. Los caminos de al-Andalus en el siglo XII* (estudo, edição, tradução e notas por Jassim Abid Mizal), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- ACIEN ALMANSA, Manuel *et al.* (1999), *La cerámica a mano de Nakûr (ss. IX-X). Producción beréber medieval* in "Arqueología y territorio medieval", n.º 6, Universidad de Jaén, pp. 45-69.
- BAZZANA, André (1983), *Fortification et habitat: les structures* in "Habitats fortifiés et organisation de l' espace en Méditerranée Occidentale", Lyon, Maison de l' Orient, pp. 161-175.
- BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de Fátima Rombouts (1995), *As terras, as serras, os rios – as memórias paroquiais de 1758 do Concelho de Mértola*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- BOISSELLIER, Stéphane (1999), *Naissance d' une identité portugaise. La vie rurale entre tage et Guadiana de l' Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BOONE, James L. *et al.* (1991a), *Compositional analysis of 'melado' and clear-glazed redwares from three islamic period sites in the Lower Alentejo of Portugal* (estudo inédito – exemplar depositado no Campo Arqueológico de Mértola).
- BOONE, James L.; GARRETT, Elizabeth (1991b), *Clay sources for islamic period ceramics recovered in excavation at Alcaria Longa and the Alcáçova de Mértola: the petrographic evidence* (estudo inédito – exemplar depositado no Campo Arqueológico de Mértola).
- BOONE, James (1994), *Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa* in "Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana", Huelva, Universidad de Huelva, pp. 527-544.
- BOONE, James (2001), *Tribalism, ethnicity and islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements* in "Era. Arqueologia", n.º 4, Lisboa, Edições Colibri / Era, pp. 104-121.
- CATARINO, Helena (1997-1998), *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – povoamento rural e recintos fortificados* in "Al-Ulya", n.º 6, vol. 2, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- COLLAÇO, João Tello de Magalhães (1931), *Cadastró da População do Reino (1527)*. *Actas das comarcas damtre Tejo e Odiana*, Lisboa.
- FEIO, Mariano (1983), *Le Bas Alentejo et l' Algarve*, Évora, Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora.
- GAMITO, Teresa (1990), *Aldeia dos Mouros versus Alcaria Queimada – an ethnoarchaeological survey* in "Arqueologia Hoje. I. Etno-arqueologia", Faro, Universidade do Algarve, pp. 266-280.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (1993), *Uma fortificação omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar)* in "Arqueologia Medieval", n.º 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 85-102.
- GUTIÉRREZ, Sonia (1996), *La cora de Tudmir de la Antigüedad Tardía al mundo islámico. Poblamiento y cultura material*, Casa de Velázquez, Madrid-Alicante.
- MACIAS, Santiago (1996), *Mértola Islâmica – estudo histórico e arqueológico do bairro da alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola
- MACIAS, Santiago (2005a), *Mértola – o último porto do Mediterrâneo*, vol. I, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, Santiago (2005b), *Mértola – o último porto do Mediterrâneo*, vol. I, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- MAIA, Manuel (1974), *Fortaleza romana do Monte Manuel Galo (Mértola)* in "Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia", vol. I, Porto, Junta Nacional de Educação, pp. 325-332.
- MYERS, J. Emlen (1991), *Report on the chemical analysis of ceramics for the Alcaria Longa project* (estudo inédito – exemplar depositado no Campo Arqueológico de Mértola).
- POIARES, Antonino (2000), *Diremes califais encontrados ao norte de Mértola* in "O Arqueólogo Português", série IV, v. 18, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 201-268.
- RAMALHO, Maria Magalhães; LOPES, Carla do Carmo (2001), *Presença islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém* in "Garb – sítios islâmicos do Sul Peninsular" (coordination de Manuel Lacerda *et al.*), Lisboa, IPPAR, pp. 31-87.
- REGO, Miguel; TORRES, Cláudio (1994), *Rede viária antiga do Baixo Alentejo* (estudo inédito – exemplar depositado no Campo Arqueológico de Mértola).
- TORRES, Cláudio (1992), *Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica* in "Arqueologia Medieval", n.º 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 189-202.
- VIANA, Abel (1955), *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo* in "Arquivo de Beja", vol. XII, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 3-35.